



CÂMARA MUNICIPAL DE
VIANA DO ALENTEJO

ATA N. 25/2024

REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE 06/11/2024

PRESENCAS

PRESIDENTE: LUÍS MIGUEL FIALHO DUARTE
VEREADORES: PAULA MARISE CARRACHA PANÓIAS BAMOND DAS NEVES
MARIA GERTRUDES SALSINHA DAS NEVES GARCIA
RITA FIGUEIRA DE MATOS RAFAEL, em substituição do Vereador Miguel José Fonseca Bentinho
LUÍS CARLOS ZORRO FERREIRA MENDES, em substituição do Vereador António Francisco Costa da Silva

HORA DE ABERTURA: 14:30 HORAS

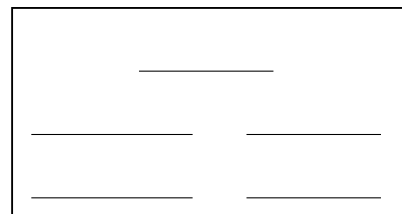
HORA DE ENCERRAMENTO: 18.30 HORAS

FALTAS JUSTIFICADAS:

FALTAS INJUSTIFICADAS

RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA REFERENTE AO DIA 30/10/2024

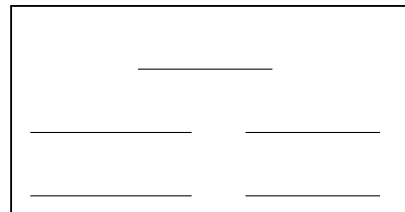
CAIXA	7.143,89€
FUNDOS DE MANEIO.....	6.052,00 €
FUNDO DE MANEIO 2- MARIA MANUEL GRILO ROBERTO	52,00€
FUNDO DE MANEIO 5 –FILIPE DUARTE	1000,00€
FUNDO DE MANEIO 6 - TERESA MARIA PIRES PENETRA	1.000,00 €
FUNDO DE MANEIO 7 - HELENA ISABEL BARROS TORRÃO	1.000,00€
FUNDO DE MANEIO 9 - DANIELA DA CONCEIÇÃO BANHA PALHAIS	500,00 €
FUNDO DE MANEIO 4 – RUI PAULO CORREIA MARTINS	1.500,00 €
FUNDO DE MANEIO 1 – MARIA LUÍSA MARQUES MIRA FERREIRA	1000,00 €
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1.147.040,35 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00000345430	263.093,80 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004293431	4.247,08 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005537330	7.113,61€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006542530-FEDER.....	14.200,63 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005050650	309,70€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005684950... ..	19.490,45€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005974050	62,14 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006168050	5.430,67 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006435350	93.551,22 €
C. G. D. – CONTA N. 0035/00007030250.....	600,00 €
C. G. D. – CONTA N. 0035/00007105850	34.749,79€
C. G. D. – CONTA N. 0035/00007121950	3.612,00 €
C. G. D. – CONTA N. 0035/00007163830-CAUÇÕES	2.025,36 €
C. G. D. – CONTA N. 0035/00011923950	3.612,00€
C. G. D. – CONTA N. 0035/00207142150.....	1.205,20€
C. C. A. – CONTA N.º 0045/40122579668.....	127.824,78€
B.T.A. – CONTA N.º 0018/10814784001	262.651,88 €
C. C. A.– CONTA N.º 0045/40122579743	306.756,48 €
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00102934558.....	40.007,65€
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00219692682.....	50.864,41 €
C.E.M.G. – CONTA N.º 0036/99100014214.....	77.758,26 €
TOTAL DE DISPONIBILIDADES	1.418.718,20€
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS	1.216.281,10 €
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	202.437,10€



O Senhor Presidente declarou aberta a reunião às catorze horas e trinta minutos, a qual teve lugar nos Paços do Município, com a presença dos cinco membros do órgão, -----

É a seguinte a ordem de trabalhos da presente reunião: -----

- 1) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião; -----
- 2) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 18 de janeiro de 2023; -----
- 3) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 23 de outubro de 2023; -----
- 4) Informação sobre a Atividade da Câmara; -----
- 5) Proposta de transferência de verba para a Associação de Atletismo de Évora; -----
- 6) Proposta de transferência de verba para a Associação Cultural Recreativa Alcaçovense Sevilhanas (3º trimestre de 2024); -----
- 7) Proposta de transferência de verba para a Associação Cultural e Recreativa Alcaçovense - Grupo Coral Feminino e Etnográfico Paz e Unidade de Alcáçovas (3º trimestre de 2024); -----
- 8) Proposta de transferência de verba para o Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas (3º trimestre de 2024); -----
- 9) Proposta de aprovação da 34ª alteração orçamental que integra a 31ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa, a 18ª alteração permutativa ao PPI e a 26ª alteração permutativa ao PAM; -----
- 10) Proposta de alteração do Protocolo celebrado entre a Associação Dignidade e o Município de Viana do Alentejo (Programa Abem - Rede Solidária do Medicamento); -----
- 11) Proposta de aprovação do Regulamento de Teleassistência; -----
- 12) Proposta de atribuição de subsídios, no âmbito da Ação Social Escolar - 2024-2025 (Ensino Pré-Escolar);
- 13) Proposta de atribuição de subsídios, no âmbito da Ação Social Escolar - 2024-2025 (1º Ciclo); -----
- 14) Proposta de aprovação do número de viagens gratuitas, atribuídas aos Estabelecimentos de Ensino do Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo, para o Ano Letivo 2024/2025; -----
- 15) Proposta de emissão de licença especial de ruído e isenção do pagamento de taxas ao Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas para a realização de um evento musical, no dia 9 de novembro de 2024;
- 16) Proposta de emissão de Licença especial de ruído e isenção do pagamento de taxas à Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, para a realização do evento "Noite de São Martinho", no dia 16 de novembro de 2024; -----
- 17) Proposta de ratificação do despacho da Senhora Vice-Presidente de 31 de outubro de 2024, que autorizou a emissão de licença especial de ruído e isentou do pagamento de taxas, a Associação "Fora da Gaveta", para a realização de uma festa de Halloween, no dia 31 de outubro de 2024; -----



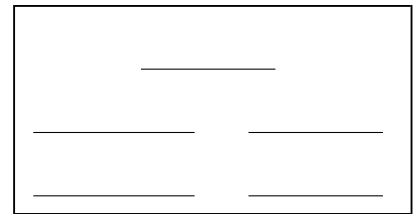
- 18) Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos nº 2, referente à Empreitada de Construção de Duas Novas Unidades de Saúde - Alcáçovas; -----
 - 19) Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos nº 2, referente à Empreitada de Construção de Duas Novas Unidades de Saúde – Aguiar; -----
 - 20) Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos nº 5, referente à Empreitada de Construção de Área de Serviço para Autocaravanas – ASA; -----
 - 21) Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos nº 21, referente à Empreitada de Requalificação da Escola B. S. Dr. Isidoro de Sousa, em Viana do Alentejo; -----
 - 22) Proposta de aprovação do Auto de Revisão de Preços nº 21, referente à Empreitada de Requalificação da Escola b. S. Dr. Isidoro de Sousa, em Viana do Alentejo; -----
 - 23) Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos Complementares nº 7, referente à Empreitada de Requalificação da Escola B. S. Dr. Isidoro de Sousa, em Viana do Alentejo; -----
 - 24) Proposta de revogação de deliberação do procedimento por Concurso Público, com publicação no JOUE, para financiamento por meio de locação financeira (leasing), da aquisição de um veículo pesado de passageiros (autocarro); -----
 - 25) Proposta de aprovação de Concurso Público, com publicação no JOUE, para financiamento por meio de locação financeira (leasing), da aquisição de um veículo pesado de passageiros (autocarro), e toda a documentação de suporte; -----
 - 26) Proposta de deliberação para submissão à Assembleia Municipal relativa ao Processo nº 3110/2024 - Alteração do Loteamento da Zona Industrial de Alcáçovas (ZIA); -----
- Não se verificou a presença de público. -----

Período de antes da ordem do dia – Nos termos do artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, o Senhor Presidente declarou aberto o período de antes da ordem do dia, cumprimentando o Senhor Vereador, as Senhoras Vereadoras, Técnicos da Câmara que prestaram apoio e a todos os que acompanharam pelas redes sociais. -----

O Senhor Presidente começou por informar que estava a ser elaborado o Orçamento Municipal para 2025 e que, apesar de já ter sido enviado para as forças políticas o pedido de contributos para o documento, pedia, agora, ao Senhor Vereador e às Senhoras Vereadoras que enviassem as suas propostas, caso entendessem fazê-lo. -----

O Senhor Presidente acrescentou que já tinha recebido os contributos das várias Divisões e que, depois de compiladas seriam analisadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente esclareceu uma questão que surgiu na última reunião de



Câmara, na intervenção das Senhoras Vereadoras do Partido Socialista, referente ao boletim municipal de 2009, onde constava que” o executivo da CDU tinha dito que estava resolvido o assunto do bairro social de Aguiar”.

O Senhor Presidente disse que “no momento, não se tinha lembrado, mas que, afinal, tinha sido ele a resolver aquele assunto. Era verdade que em 2009 se tinha conseguido registar os terrenos do bairro social de Aguiar e das instalações da Cooperativa em nome da Câmara Municipal, tendo sido adquiridos por usucapião, estando em falta a passagem dos terrenos de rústicos para urbanos e respetivas cadernetas. Este processo esteve “interrompido durante todos estes anos, tendo sido já resolvido. -----

Informou, também, que o pedido de prorrogação das obras da EBSIS- Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa tinha sido recebido no dia 14 de outubro, sendo o prazo dia 15 do mesmo mês. -----

Em relação a este assunto, disse que tinha havido um atraso por parte da fiscalização, pelo que já não seria possível trazer o assunto à reunião de Câmara de hoje, mas que o pedido de prorrogação daquela obra tinha sido feito dentro do prazo, cujos e-mails poderiam comprovar. -----

Referindo-se à Requalificação dos Tanques, disse que a obra de Requalificação estava praticamente concluída, havendo ainda a questão do tanque do rossio, a qual também o preocupava. Em sua opinião, este projeto devia ser diferente e, neste momento, estava a tentar “ver o que se podia fazer”

– disse. O local tinha espaço, mas não estava prático para os utilizadores- afirmou. -----

O Senhor Presidente informou também acerca da Área de Serviço de autocaravanas e referiu que “não estava a ir muito mal”, mas que haveria, provavelmente um impasse por causa do sistema de entrada para o parque de autocaravanas. Disse que tinha conhecimento de ter havido já problemas com aquele sistema, noutras áreas de serviço, por conseguinte iriam optar por outro tipo. -----

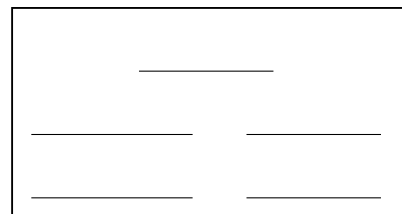
Sobre as Unidades de Saúde de Alcáçovas e Aguiar referiu que estavam a um “bom ritmo”. No início, tinham tido algum receio, na freguesia de Aguiar, com o facto de poder haver muitas pedras e tornar mais difícil as escavações, o que não veio acontecer. -----

A terminar a sua intervenção, o Senhor Presidente referiu-se ao Bairro Pré-fabricado de Aguiar e disse que tinham recebido esta semana o projeto final, que será apreciado pelo executivo. -----

Em seguida, usou da palavra a Senhora Vice-Presidente que começou por cumprimentar todos os presentes e aqueles que assistiam pelas redes sociais. -----

Informou que, relativamente, às várias iniciativas integradas no evento “Mostra de Doçaria”, estas seriam divulgadas conforme a data da sua realização. -----

Interveio a seguir a Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia que apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Rui Gusmão, militante do Partido Socialista e Ex-Vereador desta



Câmara Municipal. Todos os elementos do órgão se associaram a esta nota de pesar, enviando as sentidas condolências à família e amigos, sendo também enviado para publicação nas redes sociais:

“Voto de pesar pelo falecimento do Professor Rui Manuel Batista Varela Gusmão

O Município de Viana do Alentejo, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do Professor Rui Manuel Batista Varela Gusmão, cuja proposta foi apresentada pela força política PS-Partido Socialista, na reunião de Câmara de 6 de novembro de 2024, endereçando à família e amigos as mais sentidas e sinceras condolências.

O Professor Rui Manuel Batista Varela Gusmão, esteve, durante vários anos, ligado às causas cívicas e à vida política do nosso Concelho enquanto militante do Partido Socialista, sendo Vereador neste Órgão no mandato 2005-2009. Pessoa alegre, bem-disposta, sempre disponível e um grande amigo. A nossa vila fica mais pobre, assim como aqueles que com o Rui tiveram o privilégio de conviver.

Viana do Alentejo, 6 de novembro de 2024”

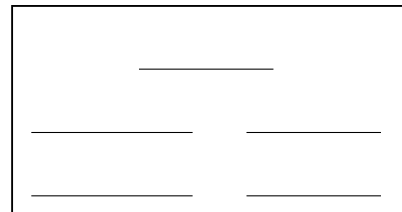
Prosseguindo, a Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia, referiu-se ao Orçamento e disse que o “Partido Socialista era, neste Concelho, titular do Direito de Oposição e, como tal era-lhe diretamente aplicável o disposto no nº 3 do artigo 5º do estatuto do Direito de Oposição, tendo por isso, direito de ser ouvido sobre as propostas dos respetivos Orçamentos e Planos de Atividades. A este dever de consulta prévia, nos termos do artigo 5º do estatuto do Direito de Oposição, é aplicável o nº 2 do mesmo estatuto, cujo teor era que as informações deviam ser prestadas diretamente e num prazo razoável aos Disse a Senhora Vereadora que tinham solicitado o documento, mas ainda não o tinham recebido porque não estava disponível, contudo, tinham enviado os seus contributos. -----

Continuando, manifestou o seu desagrado pelo facto de terem recebido, mais uma vez tardiamente, os documentos de suporte à reunião. Sendo enviados “com 24 horas de antecedência ou menos”, não lhes permite uma análise e discussão em grupo, na habitual reunião preparatória. -----

De acordo com a lei, os documentos devem ser disponibilizados dois dias úteis antes da reunião e isso nunca acontecia-afirmou. -----

Caso esta situação persista, e em caso de documentos muito importantes, afirmou que as Vereadoras do Partido Socialista não os votariam. -----

O Senhor Presidente interveio e disse que tinham cumprido os prazos do estatuto do Direito de Oposição, mas considerava que não “fazia sentido” enviar um documento sem estar “minimamente



estruturado". Já tinham sido pedidos os contributos aos chefes das várias Divisões e estava-se, agora, a reunir toda a informação, por isso, tinham pedido as propostas da oposição. De qualquer forma, mesmo depois das propostas das Senhoras Vereadoras e do Senhor Vereador, "o documento não ficaria fechado". Quando o documento estivesse preparado, reunir-se-iam para que o Senhor Vereador e as Senhoras Vereadoras pudessem expressar as suas opiniões. -----

Em relação aos documentos recebidos fora de prazo, o Senhor Presidente disse "que não seriam todos" e que, relativamente a esta reunião, não sabia quais eram esses documentos que foram enviados mais tarde. -----

A Senhora Vereadora Rita Rafael interveio e disse que os documentos recebidos na véspera eram os mais importantes e esses precisavam sempre de ser analisados. -----

O Senhor Presidente referiu que "iria ter isto em conta" e até iria haver uma alteração na estrutura deste serviço, intercalando o trabalho de preparação das reuniões de Câmara entre a Técnica Salomé Pires e outra trabalhadora, de maneira a que haja mais celeridade nesta questão. -----

Os documentos para submeter às reuniões de Câmara eram solicitados aos Chefes de Divisão, de forma a que os enviassem até sexta-feira, dia de envio da Ordem de Trabalhos. -----

A Senhora Vereadora Rita Rafael sugeriu que em vez de o prazo para envio ser até sexta-feira, fosse até quinta-feira. -----

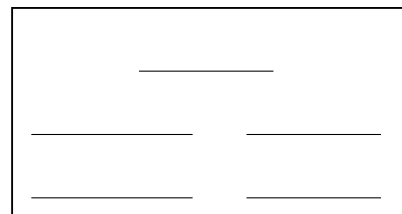
O Senhor Presidente disse que já se tinha começado a chamar a atenção para a data de receção dos documentos para reunião de Câmara, pois, em breve, o dia seria alterado para quinta-feira, em vez da habitual sexta-feira. -----

Verificou-se, de seguida, a intervenção da Senhora Vereadora Rita Rafael que referiu que as Vereadoras do Partido Socialista gostariam de agendar, brevemente, uma visita à Loja Social, caso fosse possível, e se todos concordassem. -----

A Senhora Vereadora fez alusão ao mau estado de conservação daquele edifício e disse que merecia uma intervenção, até porque estava situada num ponto importante da vila. -----

Prosseguindo, chamou a atenção para a atualização do Site do Município, pois a publicação das atas das reuniões de Câmara tinha sido atualizada no final de 2023, as gravações no início de 2024 e, na área do turismo, a última atualização datava de 2020. -----

A Senhora Vereadora disse que "isto denotava um desinvestimento e uma falta de atenção a estes projetos, que, em sua opinião, eram muito importantes na economia e no desenvolvimento do Concelho". Por último, tinham tido conhecimento, recentemente, que o Posto de Turismo iria estar encerrado por três dias consecutivos, os quais coincidiam com o fim de semana. Neste sentido, perguntou o que se tinha passado para que isto acontecesse. -----



Em resposta à Senhora Vereadora Rita Rafael, o Senhor Presidente disse que iria “coordenar com alguém para acompanhar as Senhoras Vereadoras na referida visita e que se pudesse, ele também estaria presente. Referiu que, há uns meses, quando visitou o espaço,” ficou impressionado com a quantidade de coisas boas e novas que lá havia”!

A Senhora Vereadora Rita Rafael questionou se havia hipótese de se fotografar o local com os materiais que lá estavam e divulgar para os mais carenciados. Para além do “estendal” que já era habitual, poderia haver outra forma de divulgação e sugeriu que fosse feita uma publicação com alguns artigos, para mostrar a disponibilidade em receber as pessoas e incentivá-las a irem buscar o que lhes interessasse ou que necessitassem. Muitas pessoas, com necessidades, podem precisar e, por desconhecimento ou por vergonha, não se dirigem ao local-afirmou.

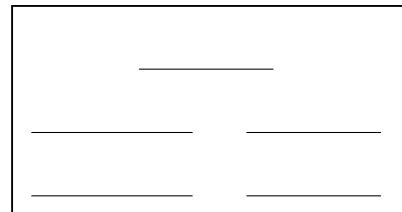
O Senhor Presidente interveio e disse que “as pessoas não se sentiam muito à vontade, era por isso que o estendal funcionava”, sobretudo no período da noite. Acrescentou que a sugestão da Senhora Vereadora Rita Rafael era importante, principalmente para a comunidade estrangeira porque não estaria tão informada sobre o assunto.

Relativamente à atualização do site, o Senhor Presidente confirmou que, de facto, este estava desatualizado e que teriam de ser feitos alguns ajustes. Este modelo de site era da responsabilidade da CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, por conseguinte, estavam um bocadinho limitados nas alterações, mas que iria reunir com Sérgio Carvalho, Técnico do Município e encarregado deste serviço, de forma a tentar facilitar o acesso ao site.

Quanto à publicação das atas, disse que “tinham de tomar uma decisão” porque estas não tinham uma sequência, mas neste momento, já estavam em condições de colocar algumas, começando pelas mais atuais e publicando, depois, as mais antigas.

A Senhora Vereadora Rita Rafael interveio e disse que já tinha sido abordado o assunto das atas, em reuniões anteriores. Foi sugerido que a Técnica responsável comesse a redigir a ata da reunião em questão, de forma a que fosse submetida a aprovação na reunião seguinte, facto se verificou naquela reunião.

Referindo-se ao Posto de Turismo, o Senhor Presidente considerou que era um assunto desagradável, pois tratava-se de uma infestação ou de pulgas ou de ácaros, ainda não havia certeza. Já tinha estado no local uma empresa para verificar a situação, mas esta questão era da responsabilidade do Instituto do Património e não da Câmara –disse.



Neste contexto, a empresa tinha aconselhado o encerramento do Posto de Turismo durante três dias. ----
À pergunta da Senhora Vereadora Rita Rafael sobre a origem desta situação, o Senhor Presidente disse que os funcionários tinham começado a sentir-se incomodados, com algumas picadelas e que não havia outra hipótese a não ser uma desinfestação. Disse, também, que tinha provas desta situação e que tinha pedido um documento que comprovava a necessidade de encerramento do Posto de Turismo durante três dias, pois, não se podia correr o risco de manter os funcionários ao serviço e receber os visitantes no local infestado.

Seguiu-se a intervenção do Senhor Vereador Luís Mendes, que cumprimentou todos os presentes e aqueles que assistiriam à gravação da reunião.

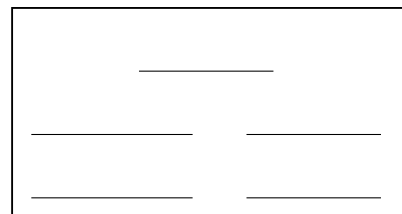
O Senhor Vereador Luís Mendes, referindo-se ao assunto do estatuto do Direito de Oposição, já abordado pelas Senhoras Vereadoras do Partido Socialista, disse que “Quer se concorde, quer não, aquilo era o estatuto do Direito de Oposição e não de opinião.” Sendo de oposição, era preciso haver “alguma coisa à qual se opõem opiniões”. Esse trabalho político de pedir contributos era válido e legítimo e seria de aproveitar, mas o Direito de oposição que estava previsto era em oposição aos documentos de Orçamento, que não estão finalizados porque terão sempre uma margem para discussão e para integrar propostas. Contudo, para que o exercício do Direito de Oposição seja exercido, as forças políticas tinham de conhecer os documentos “numa fase mais adiantada” - disse.

A questão era olhar para o Orçamento e todos os documentos que o acompanham e perceber quais eram as Grandes Opções do Plano para 2025, perceber na ótica do VIVA, onde é que se deve cortar ou alocar valor e depois, a inclusão ou não será de acordo com o parecer do Senhor Presidente e a votação dirá sobre o acordo dos partidos.

O Senhor Vereador referiu o assunto do encerramento do Posto de Turismo, mas o Senhor Presidente já tinha mencionado as razões desta situação, facto que agradeceu e saudou o Município pela decisão, pela qual optou, pois, tratando-se da praga de um parasita, era sempre um caso de saúde pública.

Prosseguindo, o Senhor Vereador mencionou o assunto dos concursos públicos para os Chefes de Divisão, que já estão em curso há muito tempo, nomeadamente o concurso para o Chefe da Divisão da Educação, Saúde e Intervenção Social e questionou qual o ponto de situação do concurso do Chefe da Divisão de Gestão de Recursos. Em relação a este, disse que percebia que havia uma autonomia do júri que devia ser respeitada, mas que havia um interesse do Município em prover ao lugar do Chefe da Divisão, até porque isso “trazia consequências para a vida do Município”. Tinha havido pressa na remodelação da chefia daquela divisão e naquela reunião iriam discutir um assunto que “dizia muito da forma como os processos são trabalhados no Município e que não os deixavam tranquilos”.

O Senhor Vereador felicitou, ainda, o Senhor Presidente pela proatividade na contratação e na colocação



da iluminação natalícia, pois no dia 1 de novembro, já havia iluminação colocada. “O Natal tinha sido antecipado” –afirmou. Disse que o que realmente importava era que os interesses do Município estivessem salvaguardados e que não acontecesse a experiência péssima que todos tinham constatado no ano anterior.

O Senhor Vereador questionou se já tinha sido publicitado o contrato no Portal Base e perguntou qual o valor da iluminação natalícia.

Interveio o Senhor Presidente e referiu que em relação ao estatuto do Direito de Oposição, não ia enviar um documento que “estivesse a meio”, iria enviar quando estivesse o mais completo possível. Para o executivo em permanência era mais fácil receber as propostas do Senhor Vereador e das Senhoras Vereadoras e incluí-las no documento para posterior discussão.

Quanto ao concurso dos chefes de divisão, o Senhor Presidente solicitou a presença da Dra. Paula Coelho, para que esclarecesse este assunto.

O Senhor Presidente deu a palavra à Dra. Paula Coelho, que começou por dizer que, relativamente ao concurso do Chefe da Divisão de Gestão de Recursos, disse que tinha feito uma informação ao Senhor Presidente, pois já tinha sido solicitada a sua presença, há algum tempo, numa reunião de Câmara, com vista ao esclarecimento do assunto em causa.

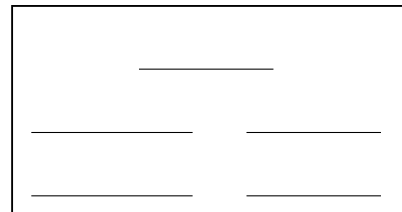
Recordou que estiveram muito tempo à espera da ata da primeira reunião, pois, os júris pertencem a entidades exteriores à Câmara, o que implicava mais demora. A Técnica acrescentou que houve o período de férias e que a referida ata chegou no momento em que já havia outros concursos a decorrer, o que contribuiu para que este concurso não tivesse tido desenvolvimento.

A Dra. Paula Coelho disse que na informação para o Senhor Presidente era mencionado que havia dois concursos que tinham sido submetidos a reunião de Câmara e que tinha surgido a hipótese de este não seguir aquele caminho. Disse que tinha pesquisado na internet algumas publicações e tinha contactado o gabinete jurídico da CCDR- Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Alentejo. Concluiu que havia Câmaras que optavam por não levar o assunto à deliberação da Câmara, a não ser no início para designação do júri, seguindo depois para a Assembleia Municipal. O passo seguinte era dado com um despacho do Senhor Presidente, o qual remetia para a deliberação da Câmara. Outras Câmaras decidiam levar no início e depois na abertura do procedimento do concurso.

A Dra. Paula Coelho disse que o parecer do jurista ia de encontro à conclusão a que ela tinha chegado, ou seja, “a Lei não dizia expressamente o que se devia fazer e, assim, cada um fazia como entendia”. ----

Neste sentido, disse que comunicou ao Senhor Presidente que até agora, tinham procedido de uma forma e, neste momento, considerou que deveria ser o Senhor Presidente a tomar essa decisão.

Para além disto, disse que o Chefe de Gabinete do Senhor Presidente tinha também solicitado um



parecer à Dra. Isabel Moraes Cardoso, o qual se aguardava. -----

O Senhor Presidente referiu que quando tomava decisões eram sempre baseadas em algum fundamento

Prosseguindo, a Dra. Paula informou sobre os restantes concursos que estavam a decorrer, nomeadamente o concurso do GADE, o concurso de Técnico Superior de Serviço Social e o concurso de Assistentes Operacionais. -----

A Senhora Vereadora Rita Rafael perguntou qual o ponto de situação do concurso para motorista e do concurso para duas mobilidades internas na categoria de Assistentes Técnicos. -----

A Dra. Paula Coelho respondeu que o primeiro tinha terminado a audiência prévia e teria agora continuidade. Em relação aos Assistentes Técnicos, disse que eram em regime de mobilidade a afetar à Divisão de Gestão de Recursos e tinham concorrido três pessoas, cujas entrevistas tinham decorrido no dia anterior. -----

Retomando a sua intervenção, o Senhor Presidente referiu-se à iluminação de Natal e disse que “se basearam apenas nos seus próprios erros” e tentaram corrigi-los. A iluminação de Natal estava desligada, por isso, “não tinham antecipado o Natal, anteciparam o serviço, para que não corressem riscos, como já tinha acontecido anteriormente- afirmou. A iluminação seria ligada perto da data da Mostra de Doçaria, conforme procedimento de anos anteriores. -----

Em relação ao valor deste serviço, o Senhor Presidente disse que seriam cerca de 21 mil euros, não tendo a certeza se já estaria incluído o IVA e adiantou que este ano tinham “alargado também à Rua do Rossio”, de forma que houvesse também enfeites de Natal, na passagem pela freguesia e não apenas no centro da vila. Nas outras duas freguesias, a iluminação já estava colocada nas zonas de passagem. -----

Não havendo mais assuntos a discutir no Período de Antes da Ordem do Dia, entrou-se de imediato na Ordem de Trabalhos: -----

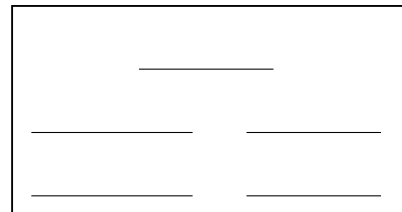
Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta – A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta no final da reunião -----

Ponto dois) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 18 de janeiro de 2023 –

Relativamente à aprovação desta ata, não votaram as Senhoras Vereadoras Maria Gertrudes Garcia e Rita Rafael e o Senhor Vereadora Luís Mendes por não terem participado da referida reunião. -----

Após uma pequena correção, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a ata relativa à reunião ordinária de 18 de janeiro de 2023. -----

Ponto três) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 23 de outubro de 2024 – Depois das correções efetuadas, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a ata relativa à reunião ordinária de 23 de outubro de 2024. -----



O Senhor Vereador Luís Mendes salientou a importância de ficar registado em ata a discussão que ponto 29 tinha suscitado, tendo em conta o assunto em causa. Embora se verificasse que nos pontos anteriores, foi usado o mesmo método, ou seja, eram referidas as intervenções dos membros do órgão, mas não eram registadas as análises e comentários, este assunto tinha tido uma discussão importante, pelo que deveria constar em ata. De qualquer forma, existe sempre uma gravação que podia confirmar os assuntos discutidos.

O Senhor Presidente interveio e disse que deveria ficar definida a forma mais correta para a redação das atas, pois, a opinião que havia há algum tempo, era que estas deveriam ser mais resumidas e, caso houvesse interesse em ter conhecimento de tudo o que se passou na reunião, poder-se-ia recorrer à gravação existente.

O Senhor Presidente sugeriu que em relação à apresentação da Atividade da Câmara, esta poderia ser incluída na ata como um anexo, tornando, assim, as atas um documento de mais fácil leitura. Quanto aos restantes assuntos, poderão sempre consultar os vídeos das reuniões, se assim se pretender, pois podem haver temas que será necessário confirmar.

O Senhor Vereador Luís Mendes disse que “a natureza da ata era a informação” e que, no caso da Informação da Atividade da Câmara, os munícipes só tinham acesso através das reuniões de Câmara. Em sua opinião, o documento deverá sempre apresentado nas reuniões de Câmara, independentemente de vir integrado ou em anexo –disse.

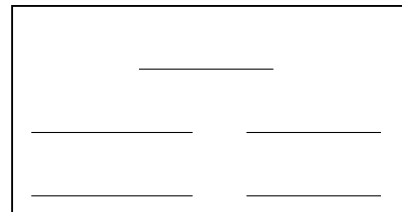
Ponto quatro) Informação sobre a Atividade da Câmara - A Câmara tomou conhecimento da atividade realizada no período compreendido entre 18 e 31 de outubro de 2024.

Dia 18 de outubro, o presidente da Câmara, Luís Miguel Duarte, esteve presente no documentário “Chico Baião – Serpente de Fogo”, produzido pela Coletivo Barafunda, sobre a vida e obra de Chico Baião, alma dos míticos Ortigões, realizado no Cineteatro Vianense.

Dia 19 de outubro, a convite da Associação de Moradores do Bairro da Cascalheira, em Pinhal Novo, o presidente da Câmara, Luís Miguel Duarte, esteve presente nas Comemorações do 6.º aniversário do Oratório do Bairro da Cascalheira.

O referido Oratório, dedicado a Nossa Senhora D’ Aires, foi construído para homenagear e perpetuar no tempo o Povo de Viana do Alentejo, que deixou a sua terra natal, ali se radicou, e começou a construir o referido bairro.

Dia 20 de outubro, o presidente da Câmara, Luís Miguel Duarte, a vice-presidente da Câmara, Paula Neves e o adjunto do presidente da Câmara, Joaquim Maria Bento, estiveram presentes na Noite de Fados, realizada no Cineteatro Vianense, no âmbito das iniciativas promovidas pelo Município no Mês Sénior, decorridas no mês de outubro.



Dia 22 de outubro, o presidente da Câmara, Luís Miguel Duarte, esteve presente na reunião do Conselho Intermunicipal da CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, realizada nas suas instalações.

Dia 24 de outubro, no período da manhã, o presidente da Câmara, Luís Miguel Duarte, procedeu ao atendimento aos munícipes, na Delegação da Câmara, em Alcáçovas. No período da tarde, procedeu ao atendimento aos munícipes, no edifício dos Paços do Concelho, em Viana. -----

Dia 25 de outubro, a vice-presidente da Câmara, Paula Neves, e a secretária do gabinete de apoio à vereação, Vanda Tiago, estiveram presentes na quinta reunião da Plataforma Supraconcelhia do Alentejo Central, no auditório da Câmara Municipal de Alandroal. Na ordem de trabalhos esteve a votação da ata da reunião anterior, a apresentação do Centro para a Economia e Inovação Social - CEIS, a informação da Segurança Social, entre outros assuntos. -----

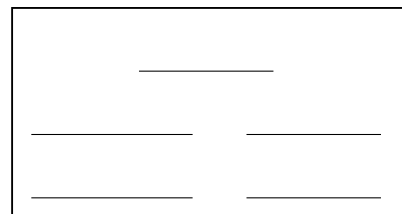
No mesmo dia, o presidente da Câmara, Luís Miguel Duarte, o chefe de gabinete do presidente da Câmara, Eduardo Luciano, e a técnica da Câmara, Vanda Viriato, estiveram presentes numa reunião realizada na CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, que teve como principal objetivo a candidatura n.º ALT2030-FEDER-01433400 Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa - 2ª Fase. -----

Mais tarde, o presidente da Câmara, Luís Miguel Duarte, a vice-presidente da Câmara, Paula Neves, e o adjunto do presidente da Câmara, Joaquim Maria Bento, estiveram presentes na Comemoração do 39º aniversário da Junta de Freguesia de Aguiar, realizada no salão da antiga Cooperativa de Aguiar. -----

Dia 26 de outubro, o presidente da Câmara, Luís Miguel Duarte, a vice-presidente da Câmara, Paula Neves, e o adjunto do presidente, Joaquim Maria Bento, estiveram presentes no almoço convívio, realizado no âmbito das iniciativas promovidas pelo Município no Mês Sénior, decorridas no mês de outubro. -----

Dia 27 de outubro, o presidente da Câmara, Luís Miguel Duarte, e a vice-presidente da Câmara, Paula Neves, a convite da AAA – Associação dos Amigos das Alcáçovas, estiveram presentes na sessão comemorativa do seu 24.º aniversário, realizada no Auditório do Paço dos Henriques.-----

Dia 28 de outubro, o presidente da Câmara, Luís Miguel Duarte, a vice-presidente da Câmara, Paula Neves, o chefe de gabinete do presidente da Câmara, Eduardo Luciano, a secretária do gabinete de apoio à vereação, Vanda Tiago, a chefe da DESIS - Divisão de Educação, Saúde e Intervenção Social, Helena Torrão, o chefe da DIMSU - Divisão de Infraestruturas Municipais e Serviços Urbanos, Rui Martins, o chefe da DAUP - Divisão Administrativa Urbanística e Processual, Miguel Machado, e a técnica do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico, Vanda Viriato, reuniram com o presidente da ULSAC (Unidade Local de Saúde do Alentejo Central, Eng.º Vítor Fialho, com o eng.º Pedro Ilhéu, com a Arq. da



ARS, Manuela Macedo, sobre a obra de requalificação do Centro de Saúde de Viana do Alentejo. -----

No mesmo dia, o chefe de gabinete do presidente da Câmara, Eduardo Luciano, a secretária do gabinete à vereação, Vanda Tiago, e o chefe da DCD – Divisão de Cultura e Desporto, a convite da Associação Terras Dentro, estiveram presentes na Sessão de Apresentação para proposta de adesão à plataforma digital "Turismo Fora D´Horas", realizada na sede da Associação Terras Dentro, em Alcáçovas. -----

-Trata-se do resultado de um projeto que a Terras Dentro tem desenvolvido desde 2020, em parceria com a ESDIME do Baixo Alentejo e a Associação VICENTINA do Algarve (envolvendo assim as duas regiões), no âmbito de um Turismo de Base Local, fora das épocas altas, baseado na autenticidade dos territórios rurais.

Dia 31 de outubro, o presidente da Câmara, Luís Miguel Duarte, a convite do Comandante do Comando Territorial de Évora, Coronel Paulo Miguel Lopes, esteve presente na Cerimónia Militar do Dia da Unidade, que visou assinalar o aniversário do Comando Territorial de Évora, realizada no Parque Urbano de Mora. ..

No mesmo dia, o chefe de gabinete do presidente da Câmara, Eduardo Luciano, esteve presente na reunião realizada no Evorahotel. Na ordem de trabalhos esteve o futuro da Rede Life Campers | Turismo de Portugal, a Rede de ASAs do Alentejo e Ribatejo - Ponto de situação e perspetivas para o futuro, Boas Práticas: Sistema de Entradas – ASAs da Mina de São Domingos, Açude do Gameiro e Pinhel, Outdoor Routes - Futuras ações e cronograma de trabalhos | Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal e a Rede europeia de ASAs - Camping Car Park. -----

Mais tarde, o presidente da Câmara, Luís Miguel Duarte, a convite do presidente da Câmara Municipal de Alvito, José Manuel Efigénio, esteve presente na cerimónia de inauguração oficial da Feira dos Santos e Frutos Secos, realizada no Parque de Feiras e Exposições de Alvito. -----

Interveio a Senhora Vice-Presidente, que fez umam observação sobre a atividade realizada no Cineteatro Vianense, no dia 20 de outubro de 2024 (Noite de Fados) e que, por lapso, não foi registado o nome da Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia, que também esteve presente na iniciativa. -----

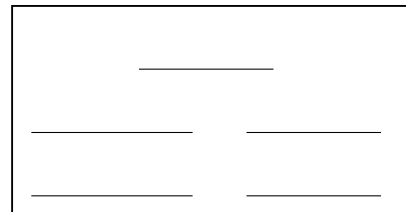
Verificou-se a intervenção da Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia que manifestou o seu desagrado porque «mais uma vez, os Vereadores não foram convidados para o almoço que encerra as Comemorações do âmbito do Mês do Sénior. -----

A Senhora Vice-Presidente contrapôs e afirmou que tinha deixado um convite a todos para participarem em todas as Atividades do Mês Sénior, embora não tivesse havido um convite formal. -----

A Senhora Vereadora Rita Rafael disse que sem haver um convite oficial, não iriam comparecer. -----

O Senhor Presidente disse que “tinham sido convidadas oficialmente na reunião de Câmara”. -----

A Senhora Vereadora Rita Rafael voltou a intervir e referiu que “não tinha interpretado daquela forma” e



que era habitual receberem um convite para confirmarem a sua presença”. -----

O Senhor Vereador Luís Mendes disse que “uma coisa era apresentar-se a iniciativa e convidar a estar presente, outra coisa era enviar um convite como se envia para outras entidades”. -----

Reforçou que era importante que se anexassem os documentos relativos às reuniões, nas quais o executivo em permanência participa. -----

Ponto cinco) Proposta de transferência de verba para a Associação de Atletismo de Évora; - O Senhor Presidente disse que tinha solicitado a presença do Chefe da Divisão de Gestão de Recursos para explicar este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

No uso da palavra, o Dr. Mário Grave esclareceu que esta transferência pressupunha a celebração de um Protocolo entre o Município e aquela Associação. -----

Depois das intervenções e esclarecimentos, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, o Protocolo de Cooperação entre o Município de Viana do Alentejo e a Associação de Atletismo de Évora e a transferência de verba para aquela entidade. -----

Ponto seis) Proposta de transferência de verba para a Associação Cultural Recreativa Alcaçovense

Sevilhanas (3º trimestre de 2024) – Na ausência das Senhoras Vereadoras Maria Gertrudes Garcia e Paula Neves, por se encontrarem impedidas, e no âmbito do Regulamento de Apoio às Atividades Culturais, a Câmara deliberou aprovar a transferência de verba para a Associação Cultural e Recreativa Alcaçovense (Sevilhanas) a quantia de 362,70€ (trezentos e sessenta e dois euros e setenta cêntimos), referente ao 3º trimestre de 2024. -----

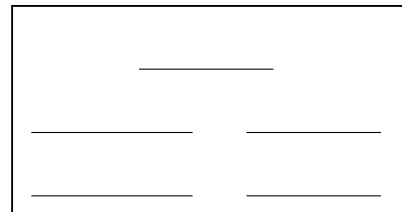
Ponto sete) Proposta de transferência de verba para a Associação Cultural e Recreativa Alcaçovense -

Grupo Coral Feminino e Etnográfico Paz e Unidade de Alcáçovas (3º trimestre de 2024) - Na ausência das Senhoras Vereadoras Maria Gertrudes Garcia e Paula Neves, por se encontrarem impedidas, e no âmbito do Regulamento de Apoio às Atividades Culturais, a Câmara deliberou aprovar a transferência de verba para o Grupo Coral Feminino e Etnográfico Paz e Unidade, no montante de 432,00€ (quatrocentos e trinta e dois euros), referente ao 3º trimestre de 2024. -----

Ponto oito) Proposta de transferência de verba para o Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas (3º trimestre de 2024) -No âmbito do Regulamento de Apoio às Atividades Culturais, da transferência de verba para o Grupo Coral dos Trabalhadores das Alcáçovas, no montante de 459,30€ (quatrocentos e cinquenta e nove euros e trinta cêntimos), referente ao 3º trimestre de 2024. -----

Ponto nove) Proposta de aprovação da 34ª alteração orçamental que integra a 31ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa, a 18ª alteração permutativa ao PPI e a 26ª alteração permutativa ao PAM-

A Câmara deliberou aprovar, por maioria, com dois votos favoráveis e três abstenções por parte das Senhoras Vereadoras Maria Gertrudes Garcia e Rita Rafael e do Senhor



Vereador Luís Mendes a 34ª alteração orçamental que integra a 31ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa, a 18ª alteração permutativa ao PPI e a 26ª alteração permutativa ao PAM. -----

-Ponto dez) Proposta de alteração do Protocolo celebrado entre a Associação Dignidade e o Município de Viana do Alentejo (Programa Abem - Rede Solidária do Medicamento) - A Senhora Vereadora Maria

Gertrudes Garcia usou da palavra e disse que “aquele pequeno aumento” era importante, mas que, no geral, muito poucas pessoas seriam abrangidas. Noutras ocasiões o PS também o tinha proposto e o Senhor Presidente tinha concordado que o Regulamento Municipal devia ser alterado no que se referia aos apoios. Assim, seria um complemento a este projeto e abrangeria muitas famílias carenciadas, em que esta ajuda, na compra de medicamentos, era fundamental. No entanto, tudo se mantinha na mesma situação-disse..

A Senhora Vereadora acrescentou que “a forma como as pessoas se candidatavam” era motivo de preocupação porque o público alvo tinha muita dificuldade em preencher aqueles formulários. -----

O Senhor Presidente interveio e disse que concordava com um novo Regulamento “mais abrangente” e, em relação ao formulário, não sabia se poderia ser de outra forma porque a Câmara não “tinha grande influência no Programa Abem”, contudo o apoio era atribuído e continuariam a estar disponíveis para ajudar-afirmou.....

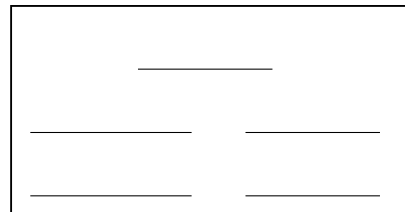
Após as intervenções e esclarecimentos, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a Proposta de alteração do Protocolo celebrado entre a Associação Dignidade e o Município de Viana do Alentejo (Programa Abem - Rede Solidária do Medicamento). -----

Ponto onze) Proposta de aprovação do Regulamento de Teleassistência- O Senhor Presidente corrigiu este ponto da Ordem de Trabalhos e referiu que se tratava da “Proposta de aprovação do Projeto de Regulamento de Teleassistência. -----

A Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia disse lhes tinha surgido essa dúvida no que respeita à data da publicação porque não tinham tido conhecimento de que isso tivesse acontecido. -----

O Senhor Presidente esclareceu que tinha sido submetido o assunto a reunião de Câmara, para o pedido de autorização para início do procedimento. O projeto iria, agora, para discussão-disse. -----

O Senhor Vereador Luís Mendes interveio e referiu-se à proposta de resolução que iria ser votada, a qual dizia que se propunha para aprovação a proposta de Regulamento Municipal de Teleassistência, mas dizia depois “promovendo-se a constituição de interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do Regulamento por um prazo de trinta dias úteis, não tendo sido rececionados quaisquer interessados durante o período de consulta pública”. Isto significava que já tinha passado, mas se assim fosse, tinha decorrido sem o projeto. Caso não tivesse acontecido, a proposta não estava correta-disse. - -----



O Senhor Presidente interveio e disse que o que era agora submetido era o projeto e seguir-se-iam os 30 dias para discussão pública.

O Senhor Vereador Luís Mendes voltou a intervir e disse que o que a Câmara tinha aprovado era o início do procedimento, para que se fizesse uma proposta de projeto de Regulamento. A Câmara teria de aprovar o referido projeto para seguir para a consulta pública e não era isto que a proposta descrevia, pois esta referia que se iria votar a proposta de Regulamento que já tinha estado em consulta pública. -- A Senhora Vereadora Rita Rafael, perante as dúvidas que o assunto estava a desencadear, sugeriu que se alterasse o texto da proposta ou o ponto seria retirado da Ordem de Trabalhos para ser corrigido e ser submetido à próxima reunião de Câmara.

O Senhor Presidente solicitou a presença do Chefe do seu Gabinete, Dr. Eduardo Luciano, de forma a esclarecer as dúvidas que ainda existiam.

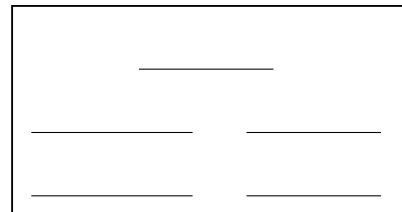
O Chefe de Gabinete do Senhor Presidente explicou que o primeiro passo era a deliberação da Câmara sobre a autorização para abrir o procedimento, seguia-se a publicação para prazo de constituição de interessados durante dez dias. Depois, vinha um projeto de Regulamento à reunião de Câmara, que seria aprovado e iria para discussão pública durante trinta dias. Findo este prazo, quem propôs o Regulamento, recolhia todos os contributos e fazia um relatório sobre cada proposta, seguindo, novamente, para reunião de Câmara a proposta de Regulamento. A Câmara decidirá se aprova ou não a proposta de Regulamento, e caso seja aprovada, será submetida à Assembleia Municipal, que é o órgão que tem competência para aprovar Regulamentos com eficácia externa. Sendo aprovado pela Assembleia Municipal, segue para publicação e torna-se efetivo.

O Chefe de Gabinete do Senhor Presidente disse que se o Senhor Vereador e as Senhoras Vereadoras deliberarem que estão a aprovar um projeto de Regulamento para discussão pública, “tudo o que estava errado na proposta, ficava sanado”. Caso entendam que por uma questão administrativa que não deverá ser assim, a proposta será corrigida e novamente submetida a reunião de Câmara.

Prestados os esclarecimentos necessários, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, o Projeto de Regulamento de Teleassistência.

O Senhor Vereador Luís Mendes e as Senhoras Vereadoras Maria Gertrudes Garcia e Rita Rafael apresentaram uma declaração, justificando o seu voto favorável à “Proposta de Projeto de Regulamento” para discussão pública durante 30 dias.

Ponto doze) Proposta de atribuição de subsídios, no âmbito da Ação Social Escolar - 2024-2025 (Ensino Pré-Escolar) - De acordo com a proposta da Divisão de Educação, Saúde e Intervenção Social, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a atribuição de subsídios a um aluno do Ensino Pré-Escolar da



freguesia de Viana do Alentejo.

Ponto treze) Proposta de atribuição de subsídios, no âmbito da Ação Social Escolar - 2024-2025 (1º Ciclo)

- De acordo com a proposta da Divisão de Educação, Saúde e Intervenção Social, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a atribuição de subsídios a quatro alunos da freguesia de Viana do Alentejo e a um aluno da freguesia de Alcáçovas, que frequentam a o 1º Ciclo do Ensino Básico.

Ponto catorze) Proposta de aprovação do número de viagens gratuitas, atribuídas aos Estabelecimentos de Ensino do Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo, para o Ano Letivo 2024/2025 – Interveio a

Senhora Vereadora Rita Rafael que se o Município tinha alguma estimativa quanto aos custos, e que, mais uma vez, a população ia ser lesada, pois as crianças não tinham autocarro e o mesmo aconteceria com o acesso às Piscinas quando estas reabrissem.

A Senhora Vice-Presidente interveio e disse que enquanto a Câmara não tivesse o novo autocarro, teriam de alugar.

O Senhor Presidente confirmou as palavras da Senhora Vice-Presidente e salientou que “ninguém ficaria lesado”, sempre tinham assegurado o transporte para as deslocações.

Feitos os esclarecimentos sobre o assunto, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, o número de viagens gratuitas, atribuídas aos Estabelecimentos de Ensino do Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo, para o Ano Letivo 2024/2025.

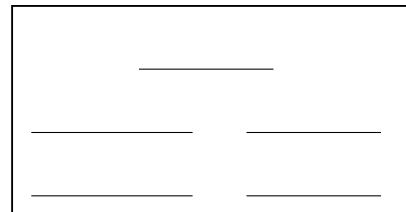
Ponto quinze) Proposta de emissão de licença especial de ruído e isenção do pagamento de taxas ao Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas para a realização de um evento musical, no dia 9 de novembro de 2024 - De acordo com a proposta da Divisão Administrativa Urbanística e Processual, a

Câmara deliberou aprovar, por unanimidade a emissão de Licença especial de ruído e isenção do pagamento de taxas ao Grupo Coral dos Trabalhadores das Alcáçovas, para a realização do evento “Noite de Fados”, na Rua Nova, nº 45, em Alcáçovas, com início às 21 horas do dia 9 de novembro de 2024 e término às 2 horas do dia 10 de novembro de 2024.

Ponto dezasseis) Proposta de emissão de Licença especial de ruído e isenção do pagamento de taxas à Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, para a realização do evento "Noite de São Martinho", no dia 16 de novembro de 2024 – De acordo com a proposta da Divisão Administrativa Urbanística e Processual, a

Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a emissão de licença especial de ruído e isenção do pagamento de taxas à Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, para a realização da iniciativa “Dia de S. Martinho”, no Jardim do Rossio, em Viana do Alentejo, com início às n19 horas do dia 16 de novembro de 2024 e término à 1 hora do dia 17 de novembro de 2024.

Ponto dezassete) Proposta de ratificação do despacho da Senhora Vice-Presidente de 31 de outubro de 2024, que autorizou a emissão de licença especial de ruído e isentou do pagamento de taxas, a

**Associação "Fora da Gaveta", para a realização de uma festa de Halloween, no dia 31 de outubro de 2024**

—A Senhora Vereadora Rita Rafael interveio e perguntou quem eram os órgãos sociais da Associação referida, onde estava localizada e o Plano de Atividades da mesma. A resposta foi dada pela Senhora Vice-Presidente que informou que a sede desta Associação era o “Condomínio das Associações”, em Viana do Alentejo. Quanto aos órgãos sociais e ao Plano de Atividades, a Senhora Vice-presidente referiu que iria pedir informações sobre o assunto em causa. -----

A Senhora Vereadora Rita Rafael, retomando a sua intervenção questionou o motivo, pelo qual, esta Associação estava isenta do pagamento de taxas, sobretudo porque se desconhece o interesse público e porque se tratava de uma festa, onde cada participante pagou 15 euros. -----

O Senhor Presidente sublinhou que este era o procedimento para todas as associações e nunca tinha questionado se as Associações cobravam entradas quando realizavam espetáculos no Cineteatro. -----

A Senhora Vereadora Rita Rafael explicou que a sua intervenção tinha sido para clarificar a situação de isenção do pagamento de taxas, uma vez que a Associação em causa tinha cobrado um valor excessivo pela realização da atividade. -----

O Senhor Presidente referiu que “isentar a Associação era normal, quanto ao valor cobrado não o discutia”. -----

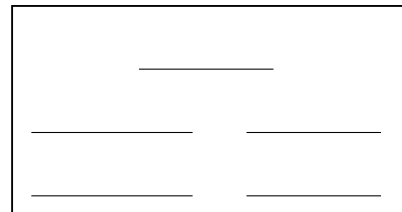
O Senhor Vereador Luís Mendes, no uso da palavra, referiu que deveria rever a política que previa aquelas isenções de acordo com a efetiva utilidade pública dos eventos. Seria importante perceber-se se a Associação cobra entrada ou pede um donativo ou vende rifas durante o evento –disse. -----

Em relação a esta sugestão, o Senhor Presidente disse que “não seria um caminho muito fácil “porque tudo depende da iniciativa”. -----

Por maioria, com dois votos favoráveis e três abstenções, por parte das Senhoras Vereadoras Maria Gertrudes Garcia e Rita Rafael e do Senhor Vereador Luís Mendes, a Câmara ratificou, o despacho da Senhora Vice-Presidente de 31 de outubro de 2024, que autorizou a emissão de Licença especial de ruído e isenção do pagamento de taxas à Associação Fora da Gaveta, para a realização da iniciativa “ Festa de Halloween” - denominada Mistério do Diogo - Escape Game, que decorreu no Condomínio das Associações, sito em Viana do Alentejo, das 20 horas dia 31 de outubro à 1 hora do dia 1 de novembro de 2024 e das 20 horas do dia 2 de novembro à 1 hora do dia 3 de novembro de 2024. -----

Ponto dezoito)Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos nº 2, referente à

Empreitada de Construção de Duas Novas Unidades de Saúde – Alcáçovas – A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, o Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos nº 2, referente à Empreitada de Construção da Unidade de Saúde na Freguesia de Alcáçovas. no montante de 20 772,70 € (vinte mil setecentos e setenta e dois euros e setenta cêntimos). -----

**Ponto dezanove) Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos nº 2, referente à**

Empreitada de Construção de Duas Novas Unidades de Saúde – Aguiar - A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, o Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos nº 2, referente à Empreitada de Construção da Unidade de Saúde na Freguesia de na Freguesia de Aguiar, no montante de 7 078,17 (sete mil e setenta e oito euros e dezassete cêntimos).

Em relação a este ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente explicou que a obra destas Unidades de Saúde (Aguiar e Alcáçovas) não estavam em fases iguais. A obra era só uma, mas os Autos tinham de ser diferentes.

Ponto vinte) Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos nº 5, referente à

Empreitada de Construção de Área de Serviço para Autocaravanas – ASA – A Senhora Vereadora Rita Rafael pediu que fossem projetadas fotografias desta obra e disse que “já se tinham passado 10 meses desde que o projeto foi aprovado e as fotos mostravam pouca evolução nos trabalhos. Acrescentou que o Senhor Presidente estava constantemente a reclamar do anterior executivo e das obras em atraso. Numa obra tão pequena como aquela, com uma previsão de 45 dias, já iam com dez meses de atraso, mais 45 mil euros de custos e sem data prevista para a sua conclusão-afirmou -----

O Senhor Presidente interveio e afirmou que a Senhora Vereadora tinha todo o direito de fazer aquelas observações e salientou que em relação aos prazos das obras, a Câmara não “conseguia que elas fossem feitas mais rapidamente. As empresas pediam prorrogações e eram aprovadas em reunião de Câmara –disse.....

Quanto às fotos apresentadas e às declarações da Senhora Vereadora Rita Rafael, o Senhor Presidente disse que “eram enganosas porque quem não conhecia o trabalho que ali estava é que fazia aquelas observações”. Havia muito trabalho feito desde as canalizações à parte elétrica – disse.

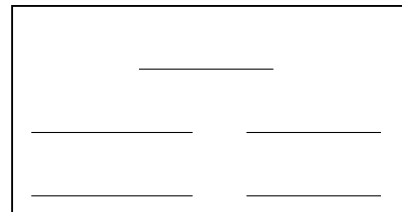
A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, o Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos nº 5, referente à empreitada de Construção da área de Serviços de Autocaravanas. no montante de 17 633,99 € (dezassete mil Seiscentos e trinta e três euros e noventa e nove cêntimos).

Ponto vinte e um) Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos nº 21, referente

à Empreitada de Requalificação da Escola B. S. Dr. Isidoro de Sousa, em Viana do Alentejo - A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, o Auto de Medição nº 21, referente à empreitada de Reabilitação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, em Viana do Alentejo, no montante de 72 778,93 € (setenta e dois mil setecentos e setenta e oito euros e noventa e três cêntimos).

Ponto vinte e dois) Proposta de aprovação do Auto de Revisão de Preços nº 21, referente à Empreitada

de Requalificação da Escola b. S. Dr. Isidoro de Sousa, em Viana do Alentejo - A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, o Auto de Revisão de Preços nº 21, referente à empreitada de Reabilitação da



Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, em Viana do Alentejo, no montante de 31 876,73€ (trinta e um mil oitocentos e setenta e seis euros e setenta e três euros). -----

Ponto vinte e três) Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos Complementares nº 7, referente à Empreitada de Requalificação da Escola B. S. Dr. Isidoro de Sousa, em Viana do Alentejo

- Por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar o Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos Complementares nº7, referente à empreitada de Reabilitação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, em Viana do Alentejo, no montante de 129 015,21 € (cento e vinte nove mil e quinze euros e vinte e um cêntimos).

Ponto vinte e quatro) Proposta de revogação de deliberação do procedimento por Concurso Público, com publicação no JOUE, para financiamento por meio de locação financeira (leasing), da aquisição de um veículo pesado de passageiros (autocarro) – A Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia interveio e disse “que afinal tinham razão”. O processo não era claro e não lhes dava segurança, no aspeto legal, para continuarem – afirmou. -----

Disse ainda que se ponto tivesse “caído” na reunião de 25 de setembro de 2024, conforme tinham proposto, ter-se-ia ganho algum tempo na aquisição do autocarro, que é tão necessário. A Senhora Vereadora solicitou os pareceres jurídicos que tinham sido o suporte para este ponto. -----

O Senhor Presidente disse que os referidos pareceres acompanhavam a proposta e que havia três opiniões, dois pareceres não oficiais e um que era da jurista da Câmara, tendo sido esse que foi aquele que seguiram. -----

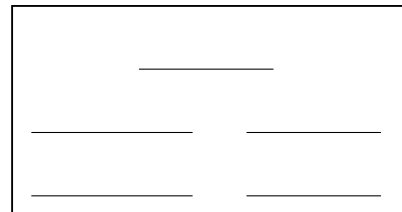
A Senhora Vereadora Rita Rafael interveio e referiu que tinha percebido que eram dois pareceres “negativos” e um era “positivo”. -----

O Senhor Presidente reconheceu que as Senhoras Vereadoras tinham razão e que ele preferia que, embora com atraso, o assunto não deixasse dúvidas. -----

O Senhor Vereador Luís Mendes concordava que o Senhor Presidente quisesse “ter a melhor certeza jurídica”, mas a justificação da revogação “era um bocadinho incipiente”. Se o parecer da jurista estivesse na proposta, dar-lhes-ia mais segurança. -----

O Senhor Vereador questionou o facto de os elementos que tinham levantado dúvidas, não tinham sido devidamente acutelados no início do procedimento. “Infelizmente, era mais um processo que tinha roubado tempo ao Município que se viu privado daquele equipamento.” -----

O Senhor Vereador afirmou que “aquela situação revelava a forma pouco clara como os processos eram geridos para a Câmara” e que o Vereador do VIVA e as Vereadoras do Partido Socialista tinham solicitado os pareceres jurídicos “ou opiniões”, de forma a perceberem qual era o problema e chegarem à melhor solução. -----



Interveio o Senhor Presidente e disse que numa situação com opiniões totalmente diferentes, era preferível “esperar mais um pouco e ter a certeza do que se estava a fazer”. -----

A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a Proposta de revogação de deliberação do procedimento por Concurso Público, com publicação no JOUE, para financiamento por meio de locação financeira (leasing), da aquisição de um veículo pesado de passageiros (autocarro). -----

Ponto vinte e cinco) Proposta de aprovação de Concurso Público, com publicação no JOUE, para financiamento por meio de locação financeira (leasing), da aquisição de um veículo pesado de passageiros (autocarro), e toda a documentação de suporte – Verificou-se a intervenção da Senhora

Vereadora Maria Gertrudes Garcia que referiu que a proposta das Vereadoras do Partido Socialista era que o período de amortização do leasing fosse feito em três anos, pois era esse o tempo que o Tribunal de Contas recomendava e que o Plano Plurianual de Investimentos contemplava a verba para que a amortização fosse feita naquele prazo. Ainda no uso da palavra, disse que sete anos não era um prazo aceitável, pois implicava vários mandatos até se concluir o pagamento. -----

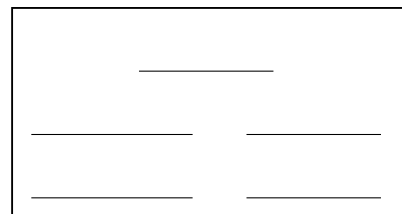
O Senhor Presidente respondeu que em relação ao tempo de amortização e associando ao orçamento, “quanto mais diluído fosse melhor”. Considerou que esta foi a melhor opção e que se o autocarro durasse dezoito anos e se se pagasse em sete, ainda haveria autocarro durante muitos anos - disse. -----

Estando ainda a trabalhar com o Orçamento de 2023, “esta era a solução ideal para a saúde financeira da Câmara”. -----

A Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia reforçou que o Tribunal de Contas recomendava três anos e não sete para a amortização. -----

O Senhor Presidente respondeu que “se o Tribunal de Contas visse que não era viável, recusava o processo, não recomendava”. -----

Na sua intervenção, o Senhor Vereador Luís Mendes referiu que percebia e valorizava o tema da saúde das contas do Município, mas a questão estava nas opções políticas da gestão. Preferir ter prestações mais baixas e ter disponibilidade financeira para investimentos futuros, percebia o raciocínio, mas era preciso que houvesse investimentos noutras áreas. Era isto que, habitualmente, não se via na gestão da Câmara. Disse também que havia que uma dúvida que, provavelmente teria de ser esclarecida pelo Chefe da Divisão de Gestão de Recursos, já que constava da proposta de abertura do procedimento, a referência ao artigo 51º da lei nº 75/2013 de 3 de setembro, o qual diz respeito aos empréstimos de médio e longo prazo e não às locações financeiras. Desde o início do procedimento que o assunto tinha sido submetido à aprovação da Assembleia Municipal, o que, de acordo com o referido artigo, não era necessário ainda necessário nesta fase. -----



O Senhor Presidente, no uso da palavra, sublinhou que era “muito importante o prazo dos sete anos” porque havia investimento no Concelho e era necessário dinheiro para esse investimento. Disse que se têm mantido as festas com “valores bastante aceitáveis” e que tinha sido criada uma nova iniciativa, muito bem conseguida. Para além disso, estavam a trabalhar para que fosse desenvolvida uma outra iniciativa na área do chocalho.

Interveio a Senhora Vereadora Rita Rafael e perguntou se, de acordo com as recomendações do Tribunal de Contas “não se tinha chegado a pedir um leasing para três anos”.

O Senhor Presidente respondeu que, provavelmente, não tinha sido pedido, contudo, não “lhe competia a ele tratar disso”, pois o responsável pela contabilidade é que fazia as propostas. ----A Senhora Vereadora Rita Rafael voltou a intervir e reforçou que “considerava que sete anos era excessivo, tendo em conta que um autocarro durava 18 anos”.

O Chefe da Divisão de Gestão de Recursos interveio para explicar o assunto em causa.

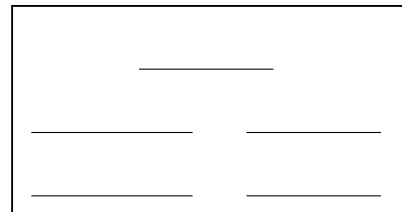
O Senhor Vereador Luís Mendes questionou se aquele artigo que tinha referido se aplicava à locação financeira ou se não se fazia referência ao Decreto-Lei de 95 que fazia o enquadramento jurídico do regime da locação financeira, tendo em conta que por aquele período já era considerado empréstimo. ---

O Chefe da Divisão de Gestão de Recursos respondeu que também lhes tinha surgido aquela dúvida e referiu que tinha um e-mail com o parecer do Gabinete Jurídico que dá apoio ao Município. Este e-mail informava que a aprovação do procedimento era competência da Câmara Municipal, “nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais. Em sua opinião, disse que tendo em conta o prazo da locação financeira e o que tinha ficado redigido na informação, aquela menção ao peso do valor estimado do financiamento nas despesas de investimento do ano de 2024, era um elemento importante para trazer à análise em reunião de Câmara.

O Senhor Vereador Luís Mendes voltou a intervir e disse que aquilo que o Chefe de Divisão tinha mencionado era a compra e o que se estava a falar era de um mecanismo financeiro no caso da contratação de uma locação financeira. Era aquele procedimento que, em seu entender, deveria ir à Assembleia Municipal, tal como tinha acontecido com o procedimento anterior- disse.

O Chefe de Divisão corrigiu e afirmou que o procedimento anterior não tinha sido submetido à Assembleia Municipal e que se estavam a seguir “os mesmos passos” neste procedimento. Pelo facto de ter levantado dúvidas, disse ter falado com a jurista que dá apoio ao Município e cujo e-mail poderia facultar. De acordo com a opinião da jurista, o primeiro passo será a aprovação em reunião de Câmara e foi nesse parecer que tinha baseado para levar o assunto à deliberação da Câmara, nas condições em que estava-afirmou.

O Senhor Vereador Luís Mendes usou novamente da palavra e afirmou que continuava a ter dúvidas



porque o e-mail falava de empréstimo de médio e longo prazo e o Chefe de Divisão respondeu que tinha sido considerado um empréstimo de médio prazo.

Dado que as dúvidas persistiam, foi solicitada a presença do Chefe de Gabinete do Senhor Presidente, Dr. Eduardo Luciano.

A Senhora Vereadora Rita Rafael referiu-se ao parecer da Dra. Isabel Moraes Cardoso, o qual dizia respeito a empréstimo e não a leasing no processo em causa. Perguntou a Senhora Vereadora “se era a mesma coisa.

O Chefe de Gabinete do Senhor Presidente disse que segundo o parecer da Dra. Isabel Moraes Cardoso era “exatamente a mesma coisa” porque o que estava em causa para que o processo caísse e voltasse a aprovação, era a alteração do valor. O facto de a jurista ter-se referido a empréstimo era o facto de ter considerado aquele compromisso idêntico a um empréstimo, mas aquilo em que a Dra. Isabel se tinha pronunciado era a questão de não se poder alterar o valor, ainda que de forma justificada e, portanto, a proposta teria de cair e voltar com novo valor-explicou.

Quanto à incerteza do envio para a Assembleia Municipal, o Dr. Eduardo Luciano disse que seria submetido na altura em que fosse a adjudicação, pois era esse o momento em que o Município assumia o compromisso daquele contrato.

A Senhora Vereadora Rita Rafael interveio e questionou quanto ao período de aquisição para adquirir o autocarro era de seis meses e esse tempo já tinha sido ultrapassado.

O Senhor Presidente respondeu “que isso não estava em causa”, que não tinha nenhuma informação acerca disso.

A Câmara deliberou aprovar, por maioria, com dois votos favoráveis e três abstenções, por parte das Senhoras Vereadoras Maria Gertrudes Garcia e Rita Rafael e do Senhor Vereador Luís Mendes, o Concurso Público, com publicação no JOUE, para financiamento por meio de locação financeira (leasing), da aquisição de um veículo pesado de passageiros (autocarro), e toda a documentação de suporte.

Ponto vinte e seis) Proposta de deliberação para submissão à Assembleia Municipal relativa ao Processo nº 3110/2024 -Alteração do Loteamento da Zona Industrial de Alcáçovas (ZIA) - A Câmara deliberou, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal o Processo nº 3110/2024 -Alteração do Loteamento da Zona Industrial de Alcáçovas (ZIA).

_____	_____
_____	_____

O Senhor Presidente e declarou encerrada a reunião às dezoito horas e trinta minutos tendo a minuta desta ata sido aprovada por unanimidade. -----

Eu,

, Assistente Técnica, a subscrevi

O Presidente,

Os Vereadores,